

Norbert Elias em perspectiva

Ana Luisa Fayet Sallas¹

“Diz-se, talvez, que o homem percorre um processo como se diz também que o vento sopra, ainda que o fato de soprar seja o próprio vento”²

Norbert Elias

Escrever sobre Norbert Elias é sempre um desafio, ainda mais face a um título tão pretensioso. Desafio porque nos confrontamos com um autor que promoveu um abalo nas formas já consolidadas de conhecimento nas ciências humanas. No entanto, longe de propor uma terminologia nova e altamente complexa (que ele mesmo reconhecia como sendo inócua) para o desenvolvimento de uma crítica ao já estabelecido, Elias procurou sistematicamente apresentar o desvelamento das nossas categorias de conhecimento – há tanto ideologizadas e “naturalizadas” por sua pretensão ao universalismo – de um modo simples e profundo. Simples porque na leitura de sua obra somos desafiados a pensar: “Porque não percebemos isso antes?” ou “Como chegamos ao conhecimento de idéias, crenças, valores, ideologias e teorias com a pretensão de sermos inumes a elas?”. Profundo porque ao realizarmos esse tipo de pensamento, somos levados a um movimento de reflexão sobre as próprias bases de nosso conhecimento.

Elias, ao longo de sua obra, reiterava sempre a tarefa do cientista social como “caçador de mitos” pela necessidade de romper com um mundo cindido entre falsas polaridades e dualismos, como aquele expresso pela relação entre sujeito e objeto ou entre indivíduo e sociedade, frutos, a seu ver, de “um desenvolvimento *aberrante* no interior da ciência”. Tal situação foi decorrente da transformação de construções mentais e conceitos em entidades transcendentais, inacessíveis a verificação. Distantes ao mesmo tempo das contingências históricas e culturais, assumiram o caráter de idéias e valores eternos, convertidos em construções estáticas e imutáveis.

Sobre este tipo de problemática presente em suas reflexões é que pretendo centrar essa apresentação e tomo como obra de referência *A Sociedade de Corte*³, sua tese de doutoramento, escrita em 1933, publicada em alemão em

¹ Professora do Departamento de Ciências Sociais da UFPR e doutora em História das Idéias.

² Poema escrito por Elias em seu livro *Los der Menschen* de 1987. Citado em: HEINICH, Nathalie, *A Sociologia de Norbert Elias*. São Paulo, EDUSC, 2001.

³ ELIAS, Norbert. *A Sociedade de Corte*. Lisboa, Editorial Estampa, 1995.

1939 (numa pequena edição) e muito tardiamente traduzida para outros idiomas nos anos 70. São duas as razões para tal escolha: a primeira é que nesse texto encontramos as questões teóricas e metodológicas que animaram toda sua obra; a segunda é porque através dela completaremos a perspectiva de Elias com o conjunto de textos que compõe esse dossiê.

Elias fornece uma crítica do dualismo convencional da análise social através de um estudo minuciosamente documentado da sociedade de corte apresentando uma alternativa teórica para além destas posições, através da demonstração empírica. Ele mostra, no interior de um estudo detalhado da sociabilidade e da estratificação social, como é impossível separar ou desvincular o par significado e estrutura se pretendemos compreender ambos. Propõe uma análise histórica do que ele chama "configuração humana" em que a história das sociedades e dos indivíduos somente podem ser compreendidas como uma única, contínua e misturada experiência. Ambos padrões, o individual e o social, emergem dentro da mesma relação de interdependência da ação do tempo. A maneira de pensar um novo tipo de indivíduo com novos padrões de decoro e sensibilidade e, concomitantemente, diante de novos modos de controle social, novas instituições, novas concepções de natureza e do mundo social e novas maneiras de expressar e consolidar a essas concepções diz respeito a essas relações de interdependências.

Uma imagem tradicional fornece um interessante exemplo da dificuldade de compreender as interdependências sociais e humanas e porque tendemos a ver o indivíduo como essencialmente um sistema fechado; pensamos a individualidade como localizada dentro da pessoa tal como o cérebro é localizado dentro da cabeça, ou também como uma parede entre o "eu" do indivíduo e os "outros". Cientificamente esta imagem do indivíduo é injustificada apesar de versões de imagens familiares que nós professamos - como identidade, superego, caráter - a essência da individualidade está manifestamente não "lá" no indivíduo. Esta é uma auto imagem apropriada para as relações sociais civilizadas como nós a produzimos nos últimos seiscentos anos de processo civilizador. Socialmente, a essência da civilização é uma distância social; um nível de comportamentos como a etiqueta, psicologicamente com o autocontrole.

A construção de um indivíduo civilizado significa especialmente a mudança particularmente forte do autocontrole individual - sobretudo, um autocontrole atuando independentemente de agentes externos como um automatismo auto-ativado. Os indivíduos aprendem a impor a "razão" e "consciência" nos seus afetos e naqueles controles que podem ser vistos - independente do seu funcionamento - como uma parede invisível, uma parede do "eu", entre o indivíduo e o mundo lá fora. O mais refinado e socialmente diferenciado indivíduo no processo civilizador é também um indivíduo que

aprendeu a isolar sua mente não somente dos outros, mas também um homem com um interior emocional, distanciado de si mesmo e distante dos outros, controlando os outros através do espelho do controle do seu “eu”.

O apogeu desse processo, realizado no final do século XVII na França, era de um ideal humano imaginado pelos heróis e heroínas de Corneille e Racine. O final desta conjunção de poder social e de poder sobre um estranho encapsulado “eu” na literatura apresenta cristalizada a figuração em sua forma pura. Os dramas da literatura clássica francesa nos fornecem sobretudo as dificuldades distintivas da civilização: uma dura divisão de poderes semelhantes na sociedade e nos indivíduos; sociedade e indivíduos como objetos igualmente regidos pelo conhecimento, dispostos e subjugados numa ordem social repressiva. A sociedade de corte, *locus* central de uma nova estrutura, tal qual Elias nos apresenta, contém os dilemas, desafios, limites e controles ao qual todos estavam submetidos e cujo significado procura elucidar.

Para Elias é a instituição social da “corte” e da “sociedade de corte” que apresentam problemas aos sociólogos ao indagar-se como foi possível a existência de tal agrupamento humano, com centenas de servidores e conselheiros que estavam a serviço dos reis, que governavam como senhores absolutos e cuja vontade poderia decidir a posição e o destino de todos que estivessem sob os seus domínios. Que tipo de estrutura, de oportunidades de poder, de necessidades criadas artificialmente pela configuração da sociedade, de relações de dependência que mantiveram homens e mulheres reunidos por gerações no interior da formação social de corte? Essas foram algumas das questões formuladas por Elias para desenvolver seu estudo sobre a sociedade de corte.

Ao olhar para as contribuições já elaboradas para o estudo da sociedade de corte, Elias assinala que, de modo freqüente, tais estudos sobre o Antigo Regime ora focam-no sob a ótica do mercantilismo, ora sob a forma do patrimonialismo ou ainda designadamente como período absolutista. Cada um destes focos referem-se a diferentes níveis de integração que podem ou não ter sido fundamentais em sua época. Mas eis a questão mais geral de Elias – em que medida esses níveis de integração tocam as linhas estruturais de épocas passadas? Ou ainda, como os níveis de integração e as formações sociais emergem e desaparecem; aquele nível de integração que é hoje, aos nossos olhos, pouco importante, pode ter sido revelador e decisivo em épocas passadas, e também, o que hoje é tomado como essencial pode ter sido no passado marginal. Com isto, a análise histórica das estruturas sociais reveste-se de uma dupla perspectiva: a de seus membros, nos seus próprios termos e a nossa.

A sociedade de corte era um órgão urbano específico, uma instituição representativa e central do século XVII e XVIII, espaço de uma sociabilidade

própria, que marcou o desenvolvimento precedente das sociedades humanas no seu processo civilizador. Observa que fazer uma sociologia da corte é necessariamente fazer uma sociologia da realeza. Inicia seu trabalho pelo estudo das habitações explicando que o reflexo de uma sociedade no espaço representa de forma concreta as suas características particulares e que o estudo das habitações dos homens de corte nos oferece uma visão segura das relações sociais características dessa sociedade. Assinala a relação entre categorias sociais e categorias espaciais, pois nelas as unidades de integração social são também expressas por determinados tipos de organização no espaço. Todos os seres humanos que mantêm relações entre si estão ligados em redes de interdependências e o tipo dessas relações pode ser expresso por categorias espaciais, com um significado bem preciso (O palácio de Versalhes, a fábrica, a escola, a aldeia e assim por diante).

Suas fontes documentais para tal reconstrução das habitações dos homens de corte, com seus *hôtels* e palácios, foram tomadas da *Encyclopédie* de Diderot e D'Alembert de 1777, para formar uma idéia das diferentes funções atribuídas aos diversos espaços dos edifícios – aos “espaços representativos” como salienta Elias. A maneira de organização e distribuição dos espaços destinados aos senhores evidencia também que a sociedade de corte tinha uma multidão de servidores e criados domésticos. A extrema proximidade espacial entre categorias sociais, tão radicalmente distintas, não eliminava a distância social que as separava, expressa pelo sentimento “*de que esses homens e todas essas mulheres, cuja presença permanente na casa dava à vida dos cortesãos uma atmosfera muito especial, pertenciam a outra raça, ao ‘comum’*”. A própria *Enciclopédia* utiliza este termo.”(1995:26)

Assinala que, numa perspectiva comparativa, eram grandes as diferenças existentes entre a sociedade de corte do século XVIII na França e as sociedades industriais porque as despesas de prestígio e de representação social nas camadas superiores industriais têm um caráter privado. Além do que, os ricos nas sociedades industriais trabalham, economizam e investem o seu capital, de modo a ficarem mais ricos, ao passo que os ricos e poderosos da sociedade de corte empregavam todos os seu rendimentos em despesas de representação. Nessa sociedade, os deveres da representação social eram a própria razão de ser da nobreza. No entanto, Elias enfatiza que na sociedade de corte a divisão entre os aspectos “públicos” e “privados” da vida eram bem menos nítidos do que se encontram nas modernas sociedades industriais, e que sempre produziremos uma imagem distorcida se procurarmos aplicar ao estilo de vida do homem de corte os critérios da burguesia.

Conhecer a sociedade de corte é conhecer a estrutura das interdependências, as teias de relações – cuja pressão estavam sujeitos todos os indivíduos desta sociedade. Reis, nobres, burgueses, padres, serviçais, criados –

a massa do povo – como a ela se refere Montesquieu, ao tentar explicar porque as famílias nobres se arruinavam e a necessidade de manutenção das barreiras que separavam a nobreza francesa, de toga e de espada, da massa do povo pela proibição legal que recaía sobre a nobreza de exercer qualquer atividade comercial, considerada como desonra e grave erro. Cabia aos burgueses trabalhar e acumular, economizando cada tostão ganho, poupando e contendo seus gastos e habilitarem-se a compra de títulos nobiliários para acederem a uma nova posição. Dos nobres esperava-se o empenho em suas despesas de representação e aquele que assim não procedesse poderia perder a sua posição e mesmo cair em desgraça aos olhos do rei e dos seu pares.

Com relação a isto, observa que na sociedade de corte existia um tipo específico de racionalidade que conduzia necessariamente ao autodomínio da afetividade e que também a racionalidade do cortesão era muito diferente da do burguês: *No burguês profissional o cálculo das hipóteses de ganhos e perdas monetárias tem papel fundamental em sua racionalidade; no aristocrático é cálculo das hipóteses de poder, através do prestígio e do estatuto. Uns e outros acertavam o seu comportamento em função das hipóteses de promoção que queriam garantir, hipóteses que cada um interpretava à sua maneira, consoante a posição social de cada indivíduo.*(1995:67)

Uma importante observação metodológica é destacada por ele ao revelar como estamos familiarizados a distinguir com excessivo rigor no plano conceitual, entre aquilo que chamamos “sociedade” e o “Estado” sem que essa distinção implique uma idéia muito clara das relações entre estes dois conceitos. Estamos acostumados à idéia de que os fenômenos sociais podem ser classificados em categorias conceituais, sem levar em conta as suas ligações recíprocas. Classificações políticas, econômicas, sociais, artísticas e outras, sem se verificar a concordância entre as categorias sociais e os fenômenos observados têm levado os pesquisadores a uma imagem equivocada da realidade e a falsos problemas.

Acrescente-se a isso o fato de que muitas teorias sociológicas e filosóficas freqüentemente apresentam “valores” e “juízos de valor” como entidades “absolutas” e “imutáveis” distantes de qualquer explicação. O estudo sobre a sociedade de corte permite apreender melhor as relações entre estruturas de dominação, estruturas sociais e juízos de valor. Esse aspecto merece ser destacado, pois como observa Elias, *“nenhum ser humano normalmente constituído aceita a opinião que tem de si próprio e dos valores que preza se não a vê confirmada na forma como é tratado pelos outros”*(1995:50). Esses valores não surgem nem de uma escolha individual, nem a partir de uma instância sobre humana, que atue impiedosamente, acima e fora de qualquer controle. Aqui temos a retomada da questão da interdependência dos valores: uma boa parte das oportunidades pelas quais os

membros da sociedade de corte combateram perderam hoje o esplendor e significado mas eram aos seus olhos e aos olhos daqueles com os quais conviviam valor, significado e sentido (1995:51).

Cada posição social era demarcada e marcada por elementos expressos nas formas de conduta, enaltecidas através dos valores da etiqueta – orientando a todos no agir coletivo – naquelas formas de comportamento codificados como sendo “apropriados” para cada um em sua posição. Cada gesto, cada palavra, as boas maneiras, os trajes e a postura do próprio corpo deveria ser objeto de controle e disciplina. As formas de conduta eram objeto da vigilância de cada um consigo e com os outros formulada pela “opinião da boa sociedade” – da sociedade de corte. A etiqueta como um repertório de formas e signos é para esta sociedade foco de um duplo desafio: elemento de distinção sob a forma da *“conduta apropriada para um nobre, de seu valor e prestígio”* e um imperativo fundamental para manter as distâncias da aristocracia em relação as camadas inferiores – ou seja – como forma específica de sua existência social e identidade individual.

Valor, honra e prestígio, estas eram palavras cujo significado apresentava-se para a sociedade de corte como oportunidades de poder. Para Elias, o poder não é uma substância, mas fundamentalmente um atributo das relações – em que o menor ou maior grau de prestígio de que uma pessoa dispõe numa formação social é a expressão do seu peso no equilíbrio multipolar das tensões que percorrem o seu grupo, da sua possibilidade de exercer influência sobre outros ou de ser obrigado a vergar-se à influência dos outros. Na sociedade de corte a etiqueta expressa a auto-representação de seus integrantes, distinguindo-os uns dos outros, e eles juntos, daqueles que são estranhos ao grupo (*outsiders*). As formas de distinção podem alcançar maior ênfase se seus integrantes souberem manejar apropriadamente três qualidades: a arte de observar os outros, a arte de manobrar os outros e o autocontrole dos afetos.

O rei no interior da sociedade de corte tinha uma posição de destaque, mas ele está inserido no interior de uma rede de interdependências que constitui-se no contexto mesmo de suas decisões. Elias enfatiza que, com frequência, os líderes e soberanos são apresentados como símbolos de liberdade individual e autonomia e a história conforma-se a destacar as suas ações heróicas ou trágicas. De modo similar, a teoria da ação imagina que a pesquisa sociológica pode se constituir através de indivíduos que decidem livremente, agindo como senhores de seu próprio destino. Quando tal teoria torna-se inadequada, utiliza-se a teoria dos sistemas, considerando o sistema social como entidade que existe para além do indivíduo. Totalmente contra estas perspectivas teóricas, Elias destaca que a sua teoria sociológica da interdependência parte da ligação entre conceitos teóricos e fatos concretos

observáveis, afastando-se daqueles modelos que transitam pela oposição entre indivíduo e sociedade: “a nossa análise abre à investigação histórica e social uma via graças à qual a ciência histórica pode aceder a uma maior continuidade. As conexões que encontramos não devem a sua existência a ideais preconcebidos do investigador. As interdependências de um rei e dos seus cortesãos são dados que se podem encontrar mas não se podem inventar”.(1995:117)

A possibilidade de compreensão de homens por eles próprios e das formações sociais a que pertencem é, segundo Elias, a verdadeira missão do sociólogo. Reconhece que há uma tendência de se julgar os homens de outras épocas e de outras sociedades com os critérios de valor de nosso tempo, atribuindo significado ao que julgamos como sendo significativo. Isso é um erro e uma deformação, posto que inserimos valores heterônomos em sua época e em seu tempo. Contra tal equívoco Elias conclui que:

A “análise das formações” é simplesmente um método que visa assegurar ao objeto de nosso estudo uma maior distância, uma maior autonomia face aos critérios de valor, freqüentemente fúteis e efêmeros, decorrem das grandes opções ideológicas com que o investigador se debate.(..) É substituindo os valores heterônomos por valores autônomos que podemos continuar a ter alguma esperança de entrar em contacto mais próximo com o contexto dos fatos, com a rede de interdependências do objeto de nossos estudos, de poder elaborar modelos dessas interdependências, modelos que não corram o risco de serem desagregados pelos nossos preconceitos e as nossas ideologias. Tais modelos têm a vantagem de permitir às gerações vindouras retomar o nosso trabalho e assegurar uma maior continuidade à pesquisa sobre o homem.(1995:180)

Imersos pela esperança formulada por Elias, de retomada de valores autônomos na investigação das ciências humanas e trilhando os caminhos abertos por ele, os jovens autores aqui representados buscam refletir sobre o homem em sua pluralidade e diversidade. Sobre o homem – numa questão profunda, vemos as preocupações e inquietações de Felix Wiesjahn ao se indagar em seu ensaio *Individualidade e Sociabilidade* “O que é o homem?”. Para responder a esta questão revisita as idéias de Elias com relação à separação entre indivíduo e sociedade destacando com ele a necessidade de se pensar em termos de relações e funções, no lugar de substâncias. No entanto, o autor avança ao colocar a questão do duplo caráter do indivíduo: social e solitário – aproximando-se destes conceitos através de três diferentes campos: a criança; a liberdade e a morte. Da análise de cada um destes campos, retoma Elias ao identificar qual o papel da sociedade na formação do indivíduo.

Ainda no âmbito deste debate, temos a contribuição de Athos Soares Maia e Victor Graciotto Silva que assinam o ensaio *Fábrica, Sociedade e Costumes*. Propõem-se a refletir sobre o significado do nascimento das fábricas como um novo espaço de sociabilidade e temporalidade. Apoiam-se no estudo de caso da Inglaterra do século XVII e XVIII, na Revolução Industrial. Demonstram como o tempo da vida passa por uma modificação radical, alterando profundamente a maneira como os homens passam a se relacionar, entre si e com seu trabalho. O controle do tempo, a disciplina do trabalhador serão então codificados rigidamente para o mundo da produção no interior do espaço da fábrica – adquirindo um outro nível para a análise – enquanto a expressão do modelo teórico de Elias do processo civilizador. Nele, em última instância, realiza-se o desenvolvimento do autocontrole, da internalização dos sentimentos de vergonha, raiva e da violência, orientados para a regulação e observação mútua dos indivíduos em sociedade.

Inspirado pela música, Allan de Paula propõe-se, no ensaio *Arte e Sociedade*, a refletir sobre a transformação da sensibilidade como parte de mudanças na estrutura de comportamento individual ligadas às alterações nas redes de interdependência da estrutura social. Ao tematizar sobre a evolução da música no Ocidente na identificação dos diferentes estilos musicais, problematiza-os no interior das periodizações historiográficas que, com frequência, reconstroem os estilos musicais partindo dos centros de poder. Seu foco é a música erudita, desenvolvida no período barroco. Mas consoante com Elias, o autor demonstra como a grande inovação do classicismo ocorria fora propriamente da música, momento em que surge uma nova figura no cenário musical – a do artista autônomo. O estudo de Mozart escrito por Elias, busca expressar os novos desafios para o músico na busca de uma posição social ainda inexistente, cujo significado pode ser verificado pelo sentido trágico de sua vida na experiência limite de ser um *outsider*.

Em *A relação estabelecidos-outsiders na teoria de Norbert Elias: considerações acerca do caráter processual das sociedades, da formação da auto-imagem e do equilíbrio de poder*, de Fernando Kulaitis, o tema das posições sociais e das suas inter-relações é novamente abordado, na perspectiva de um modelo teórico mais amplo. O tema da diferenciação social é tratado aqui por outras categorias que não as de classe social, etnia, religião. No modelo estabelecidos-*outsiders*, elaborado por Elias é possível compreender como se constroem a identidade dos grupos, em torno de uma auto-imagem da “minoridade dos melhores” – da “boa sociedade” - em oposição aos *outsiders*, com sua “minoridade dos piores” como grupos estigmatizados. Partindo deste modelo geral, Kulaitis traz uma contribuição original ao pensar também que a sociologia de Norbert Elias, com sua teoria das configurações não deixa de

representar uma forma de conhecimento de um *outsider* que vai se colocar contra o saber já institucionalizado e tradicional da “boa sociedade científica”.

Seguindo este tipo de indagação, Doacir Quadros traz em seu ensaio *Novos caminhos teóricos e metodológicos para a investigação científica em Norbert Elias* a análise da sociologia de Elias associada ao universo dos paradigmas científicos elaborados por Thomas Kuhn. Sua questão é pensar em que medida a teoria de Norbert Elias rompe com a “ciência normal” constituída através dos paradigmas tradicionais das ciências sociais. Procura demonstrar o diálogo que Elias traça com os clássicos da sociologia – Durkheim, Weber e Marx – não criando propriamente uma “revolução científica” mas propondo concretamente a necessidade da existência de um vínculo estreito entre as construções teóricas e a observação empírica. A retomada desses procedimentos viabilizariam o afastamento das ciências sociais dos falsos problemas que desviam o pesquisador de seu trabalho, e a proposta teórica de Elias – com a teoria das configurações – apresenta-se como expressão apropriada deste processo.

Motivada pela teoria das configurações, Louise Ronconi de Nazareno apresenta seu ensaio *O Fio da Meada – Relações entre a rede e seus fios* que procura centrar suas reflexões sobre o sentido categórico do conceito de rede. Trazendo uma rica contribuição partindo do sentido etimológico da palavra *rede* tece teoricamente os amplos significados desta expressão na obra de Norbert Elias destacando em seu interior o conceito de *habitus* para reforçar a natureza processual e social do indivíduo. Avançando com a imagem de rede, a autora incorpora questões contemporâneas ao pensar na sociedade em redes – estabelecida pela revolução tecnológica da *internet* e por um mundo globalizado. Para a autora, esta nova sociedade integrada e conectada, longe de proporcionar uma maior integração da humanidade, a transforma novamente em algo cindido – a humanidade *hightech* e uma outra – excluída de qualquer possibilidade de desenvolvimento e emancipação. Apesar de suas apreensões – que são as nossas – devemos confiar com Elias, e para o bem de todos nós, na viabilidade de integração, que talvez esteja sendo gestada por aqueles que tem sabido articular de modo apaziguado a razão e a sensibilidade.